

**Diário Oficial da União - Seção 1**

Nº 70, sexta-feira, 11 de abril de 2008

e art. 86 inciso VI do Decreto nº 2521, de 20 de março de 1998, e do art. 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que:

I - notifique a referida empresa acerca dos termos da decisão a ser adotada; e

II - oficie ao órgão denunciante sobre a decisão adotada.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

RESOLUÇÃO N° 2.647, DE 8 DE ABRIL DE 2008

Aplica a Pena de Declaração de Inidoneidade à empresa Catelan & Catelan Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DFO - 066/08, de 7 de abril de 2008 e no que consta do Processo nº 50500.062625/2006-04, resolve:

Art. 1º Aplicar a Pena de Declaração de Inidoneidade pelo prazo de 3 (três) anos à empresa Catelan & Catelan Ltda., CNPJ nº 86.833.589/0001-24, nos termos do art. 36, §§ 1º e 5º, e art. 86 inciso VI do Decreto nº 2521, de 20 de março de 1998, e do art. 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que:

I - notifique a referida empresa acerca dos termos da decisão a ser adotada; e

II - oficie ao órgão denunciante sobre a decisão adotada.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

RESOLUÇÃO N° 2.648, DE 8 DE ABRIL DE 2008

Habilita empresas à prestação do serviço de transporte rodoviário internacional de cargas e autoriza a emissão dos respectivos Certificados de Licença Originária.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada na Resolução ANTT nº 1474, de 31 de maio de 2006, publicada no DOU em 5 de junho de 2006 e nos termos do Relatório DFO - 067/08, de 7 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Habilitar as empresas relacionadas no Anexo a esta Resolução à prestação do serviço de transporte rodoviário internacional de cargas, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 2º Autorizar a Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOG a emitir os respectivos Certificados de Licença Originária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

ANEXO

INTERESSADA :INCOBIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOMASSA COMBUSTÍVEL LTDA - ME
CNPJ :03.391.986/0001-66

N º DO PROCESSO :50500.019565/2008-63

TRAFFEGO :Bilateral entre Brasil/Argentina, pelas fronteiras habilitadas.

INTERESSADA :MARWER TRANSPORTES LTDA
CNPJ :08.897.064/0001-49

N º DO PROCESSO :50500.020595/2008-12

TRÁFEGO :Bilateral entre Brasil/Argentina, pelas fronteiras habilitadas.

INTERESSADA :MARWER TRANSPORTES LTDA
CNPJ :08.897.064/0001-49

N º DO PROCESSO :50500.020595/2008-12

TRÁFEGO :Bilateral entre Brasil/Chile, com trânsito por terceiro país, pelas fronteiras habilitadas.

RESOLUÇÃO N° 2.649, DE 8 DE ABRIL DE 2008

Aplica a Pena de Declaração de Inidoneidade à empresa Transportadora Turística Mundial Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DFO - 068/08, de 7 de abril de 2008 e no que consta do Processo nº 50500.004268/2006-51 e apenso, resolve:

Art. 1º Aplicar a Pena de Declaração de Inidoneidade pelo prazo de 3 (três) anos à empresa Transportadora Turística Mundial Ltda., CNPJ nº 05.787.786/0001-52, nos termos do art. 36, §§ 1º e 5º, e art. 86 inciso VI do Decreto nº 2521, de 20 de março de 1998, e do art. 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que:

I - notifique a referida empresa acerca dos termos da decisão a ser adotada; e

II - oficie ao órgão denunciante sobre a decisão adotada.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

RESOLUÇÃO N° 2.650, DE 8 DE ABRIL DE 2008

Outorga Licença Complementar à empresa estrangeira BRU - Mar Sociedad Anonima para a prestação do serviço de transporte rodoviário internacional de cargas.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada na Resolução ANTT nº 1474, de 31 de maio de 2006, publicada no D.O.U. em 5 de junho de 2006, e no que consta do Processo nº 50500.010638/2008-51, resolve:

Art. 1º Outorgar Licença Complementar à empresa BRU - Mar Sociedad Anonima para a prestação do serviço de transporte internacional de cargas entre Paraguai/Brasil, pelas fronteiras habilitadas, com vigência até 14 de dezembro de 2014.

Art. 2º Autorizar a Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOG a emitir o respectivo Certificado de Licença Complementar.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

RESOLUÇÃO N° 2.651, DE 8 DE ABRIL DE 2008

Declara nulo o ato administrativo que regularizou a Linha Rio D'Areia (União da Vitória/PR) - Santa Rosa (Porto União/SC).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no que consta dos Processos nº 50500.010221/2006-27 e nº 20109.000673/90-25, resolve:

Art. 1º Declarar nulo o ato administrativo que regularizou a Linha Rio D'Areia (União da Vitória/PR) - Santa Rosa (Porto União/SC), prefixo nº 09-1718-70, atualmente operada pela empresa Auto Viação União Ltda., CNPJ nº 85.602.258/0001-10.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros SUPAS que:

a) notifique a empresa Auto Viação União Ltda., acerca dos termos da decisão adotada.

b) informe à Auditoria Interna da presente decisão, em observância à Instrução Normativa nº. 27/98, do Tribunal de Contas da União.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

RESOLUÇÃO N° 2.652, DE 8 DE ABRIL DE 2008

Defere requerimento da empresa União Transporte Interestadual de Luxo S. A. - UTIL para Redução de Freqüência Mínima da prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Rio de Janeiro (RJ) - Santos (SP), via Mogi das Cruzes, prefixo nº 07-0736-00, para 2 (dois) horários semanais por sentido, todos os meses do ano.

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa União Transporte Interestadual de Luxo S. A. - UTIL para Redução de Freqüência Mínima da prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Rio de Janeiro (RJ) - Santos (SP), via Mogi das Cruzes, prefixo nº 07-0736-00, para 2 (dois) horários semanais por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar que a freqüência mínima autorizada deverá constar em cláusula específica, por ocasião da assinatura de Contrato de Permissão ou Termo Aditivo, conforme determina o § 1º do art. 6º da Resolução ANTT nº 597/2004 e alterações.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que proceda aos ajustes cadastrais e de ciência à referida empresa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

DELIBERAÇÃO N° 107, DE 8 DE ABRIL DE 2008

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DG - 045/08, de 8 de abril de 2008 e no que consta dos Processos nº 50500.034386/2007-75 e nº 50500.060208/2006-19, DELIBERA:

Art. 1º Determinar o cancelamento das autorizações existentes e o impedimento, pelo prazo de 2 (dois) anos, de expedição de novas autorizações ao transporte rodoviário internacional, à Ivam Barbosa, CPF nº 934.255.469-53.

Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1º, atribuir à Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOG e à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a adoção das providências necessárias à garantia do efeito punitivo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

DELIBERAÇÃO N° 109, DE 8 DE ABRIL DE 2008

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DG - 051/08, de 8 de abril de 2008 e no que consta dos Processos nº 50500.034383/2007-31 e nº 50500.066406/2006-96, DELIBERA:

Art. 1º Determinar o cancelamento das autorizações existentes e o impedimento, pelo prazo de 2 (dois) anos, de expedição de novas autorizações ao transporte rodoviário internacional, à empresa Transpacífico Transportes Rodoviários Ltda., CNPJ nº 00.973.580/0001-01.

Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1º, atribuir à Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOG e à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a adoção das providências necessárias à garantia do efeito punitivo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

DELIBERAÇÃO N° 114, DE 8 DE ABRIL DE 2008

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, DELIBERA:

Art. 1º Determinar o arquivamento do Processo Administrativo nº 50500.074087/2006-92, instaurado contra a empresa Viação São Cruz S.A., por não estar caracterizada a infração prevista no art. 25, § 1º, alínea "b", do Decreto nº 2.521, de 1998.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a referida empresa sobre os termos da decisão a ser adotada.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

DELIBERAÇÃO N° 115, DE 8 DE ABRIL DE 2008

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no que consta dos Processos nº 50500.096589/2007-55 e nº 50500.043895/2007-99, DELIBERA:

Art. 1º Determinar o cancelamento das autorizações existentes e o impedimento, pelo prazo de 2 (dois) anos, de expedição de novas autorizações ao transporte internacional de carga à empresa C. M. Mesquita Ltda.

Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1º, atribuir à Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOG a adoção das providências necessárias à garantia do efeito punitivo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Em exercício

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**RESOLUÇÃO N° 11, DE 27 DE MARÇO DE 2008**

O Conselho de Administração do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT, no uso de suas atribuições legais e de acordo com deliberação adotada na 32ª Reunião Ordinária, nesta data, resolve:

I - Estabelecer a cobrança de licença a título oneroso aos órgãos da administração pública, concessionárias de serviços públicos, privados e de terceiros para a utilização da faixa de domínio nos casos seguintes:

a) Rede de petróleo e seus derivados;

b) Rede de gás;

c) Transmissões de dados;

fibra óptica;

tv a cabo;

infovia;

armários outdoor;

d) Energia elétrica;

alta tensão;

baixa tensão;



captadores/coletores
energia solar;
subestações;
transformadores;
e) Água e Esgoto:
tubulação de água bruta;
tubulação de água tratada;
tubulação de esgoto sanitário;
tubulação de esgoto industrial;
f) Acessos:
comercial;
particular;
público;
g) Outros a critério do DNIT:
postos de fiscalização;
postos de vigilância;
abrigos de passageiros e pontos de parada de ônibus;
telefones públicos;
correias transportadoras;
paineis e placas destinadas a publicidade.

II - A utilização das faixas de domínio será objeto de Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser celebrado entre o DNIT e interessados.

III - O valor do preço público a ser pago pelo uso das faixas de domínio das rodovias federais será apurado conforme critérios e fórmulas aprovados neste reunião, de acordo com o que consta do processo administrativo nº 50600.002/2004/2003-92. O permissionário deverá recolher, o valor calculado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pelo DNIT.

IV - CÁLCULO

$$V = K \times (PRC \times Vm^2 + Cm^2) \times A$$

Onde:

V = valor anual a ser pago pelo uso da faixa de domínio (em reais);

PRC = percentual de 12% a.a. do capital empregado na formação da faixa de domínio.

$$PRC = 0,12;$$

Vm² = valor despendido para a constituição do metro quadrado da faixa de domínio.

$$Vm^2 = R\$ 33,75/m^2;$$

Cm² = custo de Obras e Serviços de Manutenção na Faixa de Domínio/m².

$$Cm^2 = R\$ 0,59/m^2;$$

A = área da faixa de domínio a ser ocupada pela empresa com largura mínima de 50 cm.

$$A = 0,5 \text{ m} \times 1000 \text{ m}$$

$$A = 500 \text{ m}^2$$

Nos casos em que a largura da ocupação for maior do que 50 cm, o cálculo deverá levar em consideração esta variação.

Substituindo na fórmula acima os valores determinados anteriormente, teremos:

$$V = (0,12 \times 33,75 + 0,59) \times 500$$

$$V = R\$ 2.320,00/km/ano$$

V - Com o objetivo de adequar o valor obtido acima a realidade brasileira, introduzimos na fórmula inicialmente proposta um fator K definido para cada estado. Desta modo o valor do preço público a ser cobrado dos usuários por metro quadrado de ocupação terá influência deste fator K.

Para a determinação dos valores de K por estado, dois indicadores econômicos e um de desenvolvimento amplamente adotados no Brasil foram utilizados. São eles: PIB - 2004, RENDA PER CAPITA (R\$) e IDH respectivamente.

Procedendo-se a uma análise ponderada destes índices, definiu-se então seis classes para K, que após ser aplicado na fórmula resultou nos valores por Estado conforme apresentado na tabela abaixo:

PROPOSIÇÃO	ESTADO	FATOR K
1	MA PI AL PB TO CE AC RR RN PA SE	0,5
2	RO PE AP BA	0,6
3	GO MS MT ES	0,7
4	AM MG PR	0,8
5	SC RS RJ	0,9
6	DF SP	1,0

VI - A Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT encaminhará mensalmente, a Coordenação Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT da Diretoria de Infra-estrutura Rodoviária - DIR, tabela com os valores dos Custos Médios Gerenciais.

VII - Os parâmetros para o cálculo e atualização de Vm² e Cm² serão obtidos da Tabela de Custos Médios Gerenciais, item Obra/serviços - Construção, sub-item - Implantação/Pavimentação, valor médio, divulgada pela Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos da Diretoria de Planejamento e Pesquisas do DNIT.

VIII - A forma e condições de pagamento serão objeto de cláusulas contratuais.

IX - O Preço Público contratado será realinhado após decorridos 12 meses da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

X - A regulamentação para o uso das faixas de domínio de rodovias federais é composta dos seguintes documentos, constante do processo administrativo:

Manual de Procedimentos para permissão especial de uso das faixas de domínio de vias de transportes federais e outros bens públicos sob jurisdição do DNIT;

Instrução de Serviço para ocupação e/ou travessia das faixas de domínio de Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT para implantação de cabos de telecomunicações; e,

Instrução de Serviço para ocupação e/ou travessia das faixas de domínio de Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT para implantação de linhas de transmissão ou redes de distribuição de energia elétrica

Instrução de Serviço para ocupação e/ou travessia das faixas de domínio de Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT por adutoras, tubulação de gás, oleodutos, esgotos e similares para fins de implantação de linha de recalque.

XI - Os procedimentos para solicitação de ocupação das faixas de domínio de rodovias federais seguirão as normas e manuais do DNIT.

XII - Caberá ao Diretor Geral do DNIT a expedição de Portaria para publicidade de toda a regulamentação aprovada por este Conselho de Administração.

XIII - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DNIT, ouvindo-se previamente a Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária/DNIT, por meio da Coordenação Geral de Operações Rodoviárias/CGPERT.

XIV - As hipóteses previstas no item I poderão ser acrescidas outras, a exclusivo critério do DNIT.

XV - Fica revogada a Portaria DG/DNER nº. 147, de 16/02/2001, a Portaria DG-DNER nº. 944, de 24/09/2001 e a Portaria DG/DNIT nº. 582 de 10/10/2002.

XVI - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS
Presidente do Conselho

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL
GABINETE DO PROCURADOR GERAL

PORTARIA N° 109, DE 10 DE ABRIL DE 2008

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, previstas no artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando:

a) A edição pelo Conselho Nacional do Ministério Público da Resolução nº 26, de 17/12/2007, publicada no Diário da Justiça da União de 31/12/2007, que disciplina a residência na Comarca pelos Membros do Ministério Público e determina outras provisões, em face do que dispõe o artigo 129, § 2º, da Constituição Federal;

b) A aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Públíco do Trabalho da Resolução nº 70, de 28 de fevereiro de 2008, publicada no Diário da Justiça da União de 13/03/2008, que fixa normas relativas à residência dos Membros do Ministério Público do Trabalho e dá outras provisões, atendendo determinação contida no artigo 8º da citada Resolução CNMP nº 26/2007;

c) A necessidade de estabelecer a distância máxima entre a sede da unidade onde o Membro exerce sua titularidade e a localidade onde pretende fixar sua residência, segundo estabelece o inciso II, § 3º, do artigo 2º da mencionada Resolução CSMP nº 70/2008, para efeito de autorização, a ser concedida em caráter excepcional, de residência fora da localidade onde forem exercidas as atribuições de cargo; resolve:

Art. 1º Estabelecer em 120 (centro e vinte) quilômetros a distância máxima entre a sede da localidade onde o Membro do Ministério Público do Trabalho exerce suas atribuições institucionais e a sede da localidade onde pretende fixar residência, sujeitando-se sempre ao oportuno deslocamento à sede da titularidade do cargo para atendimento ao público, às partes e à comunidade, além de situações que se revelem emergenciais e necessárias.

Art. 2º Os Membros do Ministério Público do Trabalho que não atenderem os requisitos normativos para residir fora da localidade da sede, fixarão residência na localidade da sede onde exercem o cargo, em até 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO BRITO LOPES

PROCURADORIAS REGIONAIS

1ª REGIÃO

PORTARIA N° 6, DE 4 DE ABRIL DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 0732/2008, baseada em denúncia formulada pelo Juízo da 71º Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que, por ocasião da análise da Reclamatória Trabalhista nº 1330-2007-071-01-00-9, constatou a utilização de fraude, por parte da empresa SOCIEDADE EDUCACIONAL PESCADORES DO SABER LTDA com o intuito de mascarar a verdadeira natureza da relação de emprego, isto mediante a inclusão de nome de obreira no contrato social da empresa, em afronta ao que dispõe o artigo 3º da CLT;

Considerando o disposto nos arts. 127 da Constituição da República, art. 6º e 83 da Lei Complementar nº 75/93, e art. 8º, § 1º da Lei 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0732/2008, em face de SOCIEDADE EDUCACIONAL PESCADORES DO SABER LTDA (Rua Clóves Paulo da Rocha, nº 55, casa, Santíssimo, Rio de Janeiro, RJ, CNPJ 02.130.808/0001-19). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, CARLOS EDUARDO CARVALHO BRISOLLA, que poderá ser secretariado pela servidora Márcia Vianna Pereira, Técnico Administrativo.

CARLOS EDUARDO CARVALHO BRISOLLA

PORTARIA N° 7, DE 4 DE ABRIL DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 0758/2008, baseada em denúncia formulada por denunciante anônimo, que informa que a cooperativa SERVICE COOPERATIVA DE TRABALHO não preencheria os requisitos da Lei 5764/71, tendo algumas pessoas como associados e outros, como empregados da sociedade, sendo que os diretores da entidade, de acordo com o denunciante, deveriam ser empregados;

Considerando o disposto nos arts. 127 da Constituição da República, art. 6º e 83 da Lei Complementar nº 75/93, e art. 8º, § 1º da Lei 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0758/2008, em face de SERVICE COOPERATIVA DE TRABALHO (Av. General Justo, nº 335, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CNPJ 03.279.428/0001-79). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, CARLOS EDUARDO CARVALHO BRISOLLA, que poderá ser secretariado pela servidora Márcia Vianna Pereira, Técnico Administrativo.

CARLOS EDUARDO CARVALHO BRISOLLA

PORTARIA N° 8, DE 4 DE ABRIL DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 0781/2008, baseada em denúncia formulada pela própria Procuradoria do Trabalho da 1ª Região, dando conta que a CAIXA DE ASSISTÊNCIA AOS MEMBROS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO estaria utilizando-se da contratação de pessoa jurídica para mascarar verdadeira relação de emprego, em afronta ao que dispõe o artigo 3º da CLT;

Considerando o disposto nos arts. 127 da Constituição da República, art. 6º e 83 da Lei Complementar nº 75/93, e art. 8º, § 1º da Lei 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0781/2008, em face de CAIXA DE ASSISTÊNCIA AOS MEMBROS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Rua do Carmo, nº 07, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CNPJ 27.085.968/0001-14). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, CARLOS EDUARDO CARVALHO BRISOLLA, que poderá ser secretariado pela servidora Márcia Vianna Pereira, Técnico Administrativo.

CARLOS EDUARDO CARVALHO BRISOLLA

PORTARIA N° 9, DE 4 DE ABRIL DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 0781/2008, baseada em denúncia formulada pela própria Procuradoria do Trabalho da 1ª Região, dando conta que a CAIXA DE ASSISTÊNCIA AOS MEMBROS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO estaria utilizando-se da contratação de pessoa jurídica para mascarar verdadeira relação de emprego, em afronta ao que dispõe o artigo 3º da CLT;